

## **Desafios e práticas pedagógicas no ensino de Geografia na Educação Especial: uma abordagem inclusiva**

ALVES DE OLIVEIRA, Poliana <sup>1</sup>

GONÇALVES COSTA, Débora <sup>2</sup>

PEREIRA DA SILVA SANDRI, Eudina <sup>3</sup>

TRINDADE DE ASSIS, Johnny <sup>4</sup>

**RESUMO:** Este trabalho explora o ensino de Geografia na educação especial, com foco na inclusão de alunos com deficiência. A pesquisa aborda os desafios enfrentados pelos professores para adaptar práticas pedagógicas a uma perspectiva inclusiva, considerando a trajetória histórica e as diretrizes legais que fundamentam a educação especial. Com base em uma revisão bibliográfica, partindo de uma abordagem teórica e legislativa, o trabalho analisa como as políticas públicas e os currículos adaptados, incluindo a BNCC, influenciam o ensino de Geografia para estudantes com deficiência, discutindo como a Geografia pode promover a formação crítica e a cidadã dos estudantes, utilizando-se de abordagens dialógicas e adaptadas às suas necessidades específicas. A pesquisa enfatiza que, embora haja avanços nas políticas públicas e na legislação, ainda persistem desafios estruturais e metodológicos que dificultam a plena inclusão educacional, reforçando a necessidade de uma abordagem contínua e integrada entre escola, família e sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação especial; inclusão; ensino de geografia.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Técnica Pedagógica do Ensino Médio da rede Estadual do Tocantins (SEDUC/TO), e-mail: [poliana.artes@hotmail.com](mailto:poliana.artes@hotmail.com).

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-CE. Técnica de Supervisão e Fortalecimento a Gestão Escolar da rede Estadual do Tocantins (SEDUC/TO), e-mail: [deboracosta@seduc.to.gov.br](mailto:deboracosta@seduc.to.gov.br).

<sup>3</sup> Graduada em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Assessora de Gestão Pedagógica e Educacional rede Estadual do Tocantins (SEDUC/TO), e-mail: [eudinaps@gmail.com](mailto:eudinaps@gmail.com).

<sup>4</sup> Mestre em Geografia – PPGG/UFT. Técnico Pedagógico do Ensino Médio da rede Estadual do Tocantins (SEDUC/TO), e-mail: [johnnydno.geo@gmail.com](mailto:johnnydno.geo@gmail.com).

É inegável que a escola é a principal instituição responsável pela formação para o exercício da cidadania e para atender as evoluções da sociedade. As Unidades Escolares (UEs) gradativamente vêm buscando mecanismos que envolvam todos os segmentos da sociedade a participarem de modo efetivo de suas atividades, pois se acredita que a escola sozinha não consegue promover o sucesso da aprendizagem.

Este estudo propõe-se a refletir sobre o papel da escola no processo de inclusão dos estudantes com deficiência, discutindo o ensino de Geografia na educação especial e os desafios de se trabalhar esse componente curricular na educação especial, perfazendo uma trajetória histórica do contexto da Geografia proposta aos estudantes com deficiência na legislação educacional. Compreendendo a educação como peça fundamental para formação cidadã do estudante, e uma vez que esse princípio não esteja em conformidade é essencial repensar as práticas e metodologias utilizadas.

Na reflexão pedagógica a modalidade educativa de Educação Especial, tem importante relevância devido às suas dimensões social, ética e política. Conforme Gaia (2017), pode ser resumidamente concebida como um processo social que visa à garantia coletiva de direitos, assim, o termo coletivo é compreendido em seu sentido literal, ou seja, de todos.

É reconhecer a pessoa com deficiência como parte integrante da sociedade, que já leva para a escola toda uma gama de informações e conhecimentos de vida, e cabe a escola, além da formação pedagógica da PcD oferecer também suporte para que esse conhecimento de vida seja parte para complementação do aprendizado desse indivíduo. Hoje o sistema educacional vem evoluindo para que a escola seja um espaço de convivência democrática, um ambiente propício ao diálogo e a troca de ideias, no entanto, esse trabalho necessita de um exercício constante de construção para que haja um determinado período de conscientização.

Sendo assim, diversos autores defendem o poder das lideranças na escola como função essencial para atingir os objetivos de melhoria da educação, pois é ele o responsável por articular os trabalhos realizados por toda equipe. Defendem que a

escola enquanto ambiente dotado de saberes heterogêneos necessita de um momento para avaliação da sua prática cotidiana, sendo que é impossível mudar a forma atual de gestão, sem que antes se estabeleça a articulação entre escola e comunidade.

## **2 METODOLOGIA**

O método utilizado neste trabalho é de cunho bibliográfico, com o objetivo de analisar a educação especial e o ensino de Geografia em uma perspectiva inclusiva. Para tanto, a pesquisa se baseia em uma revisão de literatura sobre temas relacionados à educação inclusiva, e aporte na legislação educacional vigente que embasa a educação especial enquanto modalidade de ensino, bem como ancora-se nas especificidades do ensino de Geografia nesse contexto.

A abordagem bibliográfica permite a construção de uma base sólida de conhecimentos teóricos, a partir de fontes secundárias, como livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses e outros materiais produzidos por estudiosos da área. A revisão da literatura é realizada de maneira a mapear as principais contribuições e desafios encontrados nas práticas pedagógicas voltadas à inclusão de alunos com deficiência no ensino de Geografia, considerando as diretrizes da educação especial e os avanços e limitações das políticas públicas de inclusão escolar.

Os autores utilizados para embasar a discussão abordam questões essenciais no campo da educação especial e do ensino de Geografia a partir de uma perspectiva inclusiva, embora cada um com enfoques específicos, tais como: Ribeiro (2001), Lopes (2008), Giroto (2015), Crozara (2008), Sampaio (2020). Além disso, a pesquisa também contempla as contribuições de Saviani (2008) e documentos norteadores como Diretrizes e leis.

Professores que atuam na educação especial, de forma geral, ao pensarem na inclusão de forma ampla, se deparam diante da necessidade de conhecer as particularidades de cada deficiência. É importante enxergar o indivíduo antes de ver a sua deficiência. Essa é uma prerrogativa fundamental que permeia o Currículo, pois, segundo proposto por Saviani (2008), ele abarca as atividades nucleares da escola, sobre as quais ocorre a trajetória de escolarização dos alunos. Não se prende apenas ao rol de disciplinas ou grade de conteúdo a serem trabalhados na escola, além do mais, configura esses conteúdos como meios pelos quais se vislumbra como percurso para formação escolar das novas gerações.

Para Silva (1996, p. 23), o currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

O currículo é uma área permeada de disputas ideológicas, culturais nas relações históricas das diferentes classes e grupos sociais. Com vistas a compreender a educação para todos é fundamental conceber e praticar currículos abertos e flexíveis comprometidos com o atendimento das necessidades educacionais de todos os alunos, sendo eles especiais ou não. (LOPES, 2008).

Para tanto, a LDB 9394/96 concebe a adoção e a implementação de currículos abertos e flexíveis, que contemplem a diversidade do alunado na escola, como preconiza no art. 59 ao afirmar que “[...] os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência a adoção de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos com foco numa organização específica de modo a atender suas necessidades” (BRASIL, 2020, p. 40-41). Isso passou a ser objeto de discussão nas diretrizes curriculares e debates frequentes nos cursos de formação continuada de professores e sistemas de ensino.

Trilhando uma predisposição internacional, referente às ações pedagógicas que visam flexibilizar o currículo para ofertar respostas educativas às necessidades

especiais no contexto educacional, são denominadas de adaptações curriculares. Para elucidar quais ações se adequam melhor para essa modalidade de ensino, Manjón (1995) refere-se ao conceito elaborado pelo Ministério da Educação e Ciência da Espanha, ao citar que [...] quando se fala de adaptações curriculares está se falando sobretudo e, em primeiro lugar, de uma estratégia de planejamento e de atuação docente e, nesse sentido, de um processo para tratar de responder às necessidades de aprendizagem de cada aluno [...] fundamentado em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões com respeito ao que é, ao que o aluno ou aluna deve aprender, como e quando e qual é a melhor forma de organizar o ensino para que todos saiam beneficiados. (MEC, 1992).

De acordo com a Proposta Curricular do Tocantins a Geografia e as demais disciplinas aplicadas no ensino da educação especial seguem a Instrução Normativa de nº 03, de 13 de janeiro de 2023, com trabalho um pautado no currículo do ensino regular com possibilidades de flexibilização, conforme orienta o art. 8º: as atividades pedagógicas das Escolas Especiais serão executadas mediante proposta pedagógica específica, formulada pela comunidade Apaeana, aprovada pela Federação Estadual das APAEs do Estado do Tocantins-FEAPAES/TO, pelo Conselho Estadual de Educação-CEE/TO e homologada pela Secretaria de Estado da Educação. (TOCANTINS, 2023, p. 20) A BNCC reafirma que as mesmas decisões inerentes ao ensino regular devem, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino, seja na educação especial, na educação de jovens e adultos, educação do campo, educação escolar indígena, escolar quilombola, educação à distância. (BNCC, 2017).

Por orientação da Secretaria de Educação a escola especial adota como instrumento norteador o DCT e a BNCC, mesmo que em sua realidade prática as características das pessoas com deficiência não permitem o cumprimento da grade programática de conteúdos por bimestre. Os professores tentam atender as necessidades dos alunos em consonância com as exigências burocráticas da SEDUC.

Em relação à Geografia do Ensino Fundamental o DCT (2019), traz em articulação com as competências gerais da Educação Básica específicas da área de

Ciências Humanas, o componente curricular que deve garantir aos alunos o desenvolvimento das seguintes competências específicas:

1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.

2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.

3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.

4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.

5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.

6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.

7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Segundo a mesma Diretriz, no campo da Natureza e Sociedade (Estudos da História e Geografia): O aluno precisa situar-se dentro do espaço físico em que vive. Ao chegar à escola o aluno já traz informações assimiladas através da família, comunidade e meios de comunicação. Essas informações são incorporadas de acordo com o grau de compreensão de cada aluno. É o conhecimento da história e da geografia é que vão permitir: A realidade vivida por cada aluno é o ponto de

partida no processo de construção do conhecimento. Trabalhar com noções básicas de tempo e espaço, semelhança e diferença, permanência e mudança, natureza e cultura para que ele possa entender as transformações sociais. Aprender a valorizar a justiça, a solidariedade, o respeito mútuo e a participação. Trabalhar os temas transversais favorecendo a interdisciplinaridade. (DCT FEAPAES-TO, 2017, p. 57).

Na educação especial a Geografia permite construir um conjunto de conhecimentos relativos a conceitos e atitudes, que proporciona aos alunos também a oportunidade de conhecer o mundo atual e sua diversidade, trabalhando a compreensão de como as paisagens, os lugares e os territórios se constroem e se modificam. Deve-se ainda trabalhar junto ao aluno a percepção da crise socioambiental, a degradação dos ecossistemas, o crescimento e as disparidades da distribuição riqueza no mundo, situações que não são obras do acaso e se tornam a preocupação da sociedade contemporânea. A aprendizagem de todos os indivíduos se constrói com base nas interações com os significantes do ambiente em que estão inseridos. (PERÔNIO, 2011).

Se utilizando da flexibilização e sempre respeitando as limitações dos alunos, é possível apresentar a Geografia como ciência que permite aos mesmos a identificação das grandes unidades de paisagens em seus diferentes níveis de humanização no meio natural, inclusive para compreender a dinâmica de suas fronteiras, proporcionando ainda ao educando o uso de procedimentos específicos da pesquisa geográfica para entender os arranjos espaciais a partir das categorias do espaço, a paisagem, o território, o lugar, seu processo de construção e identificando suas relações, problemas e incoerências neles tão presentes, percebendo e avaliando as ações dos seres humanos na sociedade e suas consequências que permitem a participação em discussões em torno das questões socioambientais. (SAMPAIO; SAMPAIO; ALMEIDA, 2020)

A Geografia objetiva levar o estudante a valorizar o patrimônio social, cultural e ambiental, respeitando sua diversidade, compreendendo-o como direito de todos. Ela possibilita com que os alunos compreendam a forma de organização espacial em todos os níveis, bem como o do próprio município, estado e país, reconhecendo os aspectos físicos, econômicos e culturais, características tão peculiares a cada região.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões apresentadas neste estudo ressaltam os desafios e as possibilidades de implementação de práticas pedagógicas inclusivas no ensino de Geografia, com foco na educação especial. A análise mostrou que, embora existam avanços nas políticas públicas de inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão e a BNCC, a realidade das escolas ainda enfrenta barreiras estruturais e metodológicas que dificultam a plena integração de alunos com deficiência no currículo regular de Geografia.

Giroto (2015) enfatiza que a inclusão educacional depende não apenas de diretrizes legais, mas da capacidade de os professores adaptarem suas práticas pedagógicas às necessidades dos alunos, promovendo metodologias que estimulem a participação ativa e a construção de conhecimento. Nesse sentido, o ensino de Geografia, como destaca Ribeiro (2001), tem um papel transformador ao conectar os estudantes à compreensão do espaço e das dinâmicas sociais, fomentando habilidades críticas e reflexivas essenciais para sua cidadania.

Por outro lado, Crozara (2008) aponta que a implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva exige esforços coletivos, incluindo a colaboração entre gestores escolares, docentes, famílias e a comunidade. A formação continuada dos professores é fundamental para capacitá-los a utilizar abordagens diversificadas, tecnologias assistivas e práticas que respeitem a diversidade, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática no contexto educacional.

Embora haja avanços nas políticas educacionais, ainda persistem desafios significativos que exigem esforços contínuos para a adaptação do currículo e a superação das dificuldades no atendimento à diversidade no ensino de Geografia. Portanto, é necessário um comprometimento coletivo para que as diretrizes inclusivas se traduzam em práticas efetivas nas salas de aula, promovendo a igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

Por fim, reforça-se a necessidade de políticas públicas mais robustas, associadas a uma gestão escolar democrática e participativa, para superar as barreiras existentes e garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes. Apenas com esforços contínuos e um olhar atento às especificidades da

educação especial será possível avançar rumo a uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

## 5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Secretaria Estadual de Educação do TO (SEDUC). Um agradecimento especial à Escola Especial Integração de Palmas-APAE pelo apoio prestado à realização deste estudo sobre os desafios que permeiam a educação especial.

Agradeço, ainda, pelo compromisso demonstrado com a valorização do conhecimento e sensibilidade para trabalhar essa temática tão necessária que contribui para o fortalecimento da educação como meio de transformação social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: CNE/CP 1, 2002.

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 4. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) Acesso em: 10 novembro. 2022.

BRASIL, **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 7ª edição, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

CROZARA, T. F.; SAMPAIO, A. Á. M. Construção de material didático tátil e o ensino de geografia na perspectiva da inclusão. **Anais Eletrônicos do VIII Encontro Interno/XII Seminário de Iniciação Científica**, Uberlândia. 2008.

GIROTO, Eduardo Donizeti. Ensino de Geografia e raciocínio geográfico: as contribuições de Pistrak para a superação da dicotomia curricular. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v.5, nº 9. P. 71-86, 2015.

LOPES, Esther. **Flexibilização Curricular: um caminho para o atendimento de aluno deficiência, nas classes comuns da Educação Básica**. Programa de Desenvolvimento Educacional/PDE. Universidade Estadual de Londrina, 2008.

MANJON, D. G. **Adaptaciones curriculares: guia para su elaboracion**. Málaga: Aljibe, 1995.

PEREIRA, Diamantino. **Geografia escolar: conteúdos e/ou objetivos?** Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, SP. Caderno Prudentino de Geografia nº 17, 1995.

PEREIRA, Jaqueline de Andrade; SARAIVA, Joseane Maria. **Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social**. SER Social, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, jan.-jun./2017

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **Formação educacional: instrumento de acesso à cidadania? IN: Universidade, formação e cidadania**. SANTOS, Gislene Aparecida dos Santos (org.) São Paulo: Cortez, 2001.

SAMPAIO, V. S; SAMPAIO, A. V. O; ALMEIDA, E. S. **O Ensino de geografia na perspectiva da educação inclusiva**. Geopauta. vol. 4, núm. 3, pp. 210-226, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5743/574364489015/html/> acesso: 19 de dez 2022.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: a pedagogia de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2008.

SEGUIN, E. *Vaspitanie, guiguiena i npravstviennoie lichenie umstvienno nienormalnij ditiei*. São Petersburgo, 1903.

SILVA, O. M. da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Cedas, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

TOCANTINS, Secretaria da Educação, Juventude e Esporte. **Documento Curricular do Tocantins**. Ensino Fundamental. 2019.

UNESCO. **Declaração Mundial da educação para todos**. Jomtiem/Tailândia, 1990. Disponível em: [https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao\\_mundial\\_sobre\\_educacao\\_para\\_todos\\_de\\_marco\\_de\\_1990.pdf](https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos_de_marco_de_1990.pdf) acesso: 11 de novembro 2022.